



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS
HUMANOS

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL PARA ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO ESCRAVO – CONATRAE**

27 DE SETEMBRO DE 2011

ATA

1 Ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e onze, na Sala de
2 Conferências do 10º Andar do Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos –
3 SDH, em Brasília/DF, reuniu-se a Comissão Nacional para a Erradicação do
4 Trabalho Escravo – CONATRAE. **Presentes:** Sra. Maria do Rosário Nunes –
5 *Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da*
6 *República/Presidente da CONATRAE;* Sr. Afonso Florence – *Ministro de Estado do*
7 *Ministério do Desenvolvimento Agrário;* José Armando Fraga Diniz Guerra –
8 *Coordenador Geral CONATRAE;* Sra. Muiára Avellar Oliveira – *Representante do*
9 *Ministério da Defesa/MD;* Sr. Sebastião Vieira Caixeta – *Associação Nacional de*
10 *Procuradores do Trabalho/ANPT;* Sr. Roberto de Figueiredo Caldas – *Representante*
11 *da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB;* Sr. André Augusto Dantas Amaral –
12 *Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA;* Sr. Leonardo
13 Sakamoto – *Repórter Brasil/Organização de Comunicação e Projetos Sociais;* Sr.
14 Luiz Antônio Machado – *Organização Internacional do Trabalho/OIT;* Sra. Débora
15 Tito – *Representante da Procuradoria Geral do Trabalho/PGT;* Jonas Moreno –
16 *Representante da Procuradoria Geral do Trabalho/PGT;* Sra. Tatiana V. Carneiro –
17 *Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil/CNA;*
18 Sr. Xavier Jean Marie Plassat – *Comissão Pastoral da Terra/CPT;* Sr. Arnaldo
19 Barbosa de Lima Junior – *Representante do Ministério da Fazenda/MF;* Sr. Ricardo
20 Rezende Figueira – *Representante do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo*
21 *Contemporâneo/IFCH/UFRJ/GPETEC;* Sr. Raimundo Ornedson Carneiro –
22 *Representante do Instituto Carvão Cidadão;* Sr. Mário Luiz Guerreiro –
23 *Representante Advocacia Geral da União/AGU;* Sr. Francisco Luís Lima –
24 *Representante da Confederação Ibero-americana;* Rogenir A. Santos Costa –

25 Representante da *Catholic Relied Services/CRS/Programa Brasil*; Sra. Rosangela
26 Silva Rassy – Representante do *Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do*
27 *Trabalho/SINAIT*; Sra. Jacqueline Ramos Silva Carrijo – *Sindicato Nacional dos*
28 *Auditores Fiscais do Trabalho/SINAIT*; Sra. Rossana Marques Salsano –
29 *Representante da Confederação Nacional da Indústria/CNI*; Sra. Lilian Mazzeu –
30 *Associação dos Magistrados do Brasil/AMB*; Sra. Graziela Rocha – *Representante*
31 *da COETRAE/RJ*; Sra. Gardênia Santos – *Representante da COETRAE-MA*; Sr.
32 Ricardo Gilson – *Professor de Geografia/Chefia de Gabinete da SDH/PR*; Sra.
33 Denise Kroeff – *Ministério do Desenvolvimento Social/MDS*; Sra. Luciana Oliveira –
34 *Representante da Associação Nacional dos Procuradores da República*; Carlos
35 Frederico Peres – *Representante do Ministério das Relações Exteriores/MRE*; Luiza
36 de Fátima Amorim – *Representante da Secretaria de Direitos Humanos/MA*; Sr.
37 Alexandre Lyra – *Representante do Ministério do Trabalho e Emprego*; Sr.
38 Guilherme Moreira – *Representante da Secretaria de Inspeção do Trabalho do*
39 *Ministério do Trabalho e Emprego*; Sr. Rodrigo Maffei – *Representante do Ministério*
40 *Público do Trabalho/MPT*; Sr. Luismar Ribeiro – *Representante da Confederação*
41 *Nacional da Agricultura/CONTAG*; e Sr. Marcelo Uchôa – *Coordenador de Política*
42 *Pública do Estado do Ceará/CE*; **Abertura.** O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra
43 iniciou a sessão agradecendo a presença de todos e informando que o objetivo
44 principal da mesma era a cerimônia de assinatura do acordo de cooperação técnica
45 entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/SDH/PR e o
46 Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, com objetivo de adoção de ações
47 conjuntas relacionadas à prevenção e enfrentamento ao trabalho escravo no Brasil.
48 Em seguida convidou para comporem a mesa a Sra. Maria do Rosário Nunes e o Sr.
49 Afonso Florence. Esclareceu que o acordo partia de uma determinação da Ministra
50 Maria do Rosário de que a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho
51 Escravo partisse em direção a todos os parceiros para a adoção de medidas
52 conjuntas visando sinergias de ações entre a Secretaria de Direitos Humanos, todos
53 os parceiros da CONATRAE e membros da comissão. A partir do contato com o
54 Ministério do Desenvolvimento Agrário, dentre outras ações conjuntas surgiu a
55 proposta do Sr. André Augusto Dantas Amaral da assinatura do acordo de
56 cooperação técnica com o objetivo de potencializar e articular ações em conjunto.
57 Na sequência houve a assinatura formal do acordo. A Sra. Maria do Rosário Nunes
58 informou que seria realizada a Conferência Sobre o Trabalho Decente, e sugeriu que
59 agendassem um momento de discussão com o Ministro Lupi, do Ministério do
60 Trabalho e Emprego e a organização da conferência na CONATRAE, para que

61 pudessem também trabalhar a agenda do trabalho decente no âmbito da
62 CONATRAE. **Monitoramento das Ações do Planejamento 2011.** O Sr. José
63 Armando Fraga Diniz Guerra, informou a todos os presentes que a coordenação
64 estaria enviando, ainda naquele dia, um e-mail e um ofício reiterando a necessidade
65 dos informes das entidades a fim de que o monitoramento fosse consolidado ainda
66 no começo do mês de outubro para que houvesse a consolidação do encontro das
67 COETRAES em 25 de outubro de 2011. Informou que todos os dirigentes das
68 entidades e órgãos que faziam parte da CONATRAE já haviam sido convidados para
69 o encontro das COETRAES, assim como todos os representantes das comissões
70 estaduais e Secretários Estaduais de Direitos Humanos ou similares, que assinaram
71 o compromisso para a erradicação do trabalho escravo na campanha eleitoral de
72 2010. **Informes.** A Sra. Débora Tito informou que o Ministério Público do Trabalho
73 fora convidado para uma audiência pública naquele dia, na Câmara dos Deputados,
74 para tratar do da apuração das denúncias de ação abusiva de agente da fiscalização
75 do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal contra associados ao
76 consórcio de empregadores rurais de Ibiraiaras Rio Grande do Sul e contra
77 produtores Rurais de todo o Brasil. Esclareceu que o Ministério Público do Trabalho
78 tinha o objetivo de tentar colher o que havia de cunho político por trás daquela
79 audiência pública e entender esse cunho político. Destacou que em reunião no dia
80 anterior com a Comissão Executiva do MPT notou-se que havia outras ideologias
81 políticas que podiam estar por trás da audiência Pública, por isso tentavam manter a
82 serenidade para passar o recado de que trabalho escravo tinha que ser
83 severamente punido; e aquele tipo de audiência pública não arrefeceria a atuação
84 do Ministério. A Sra. Rogenir A. Santos Costa sugeriu que levassem para a
85 audiência algumas imagens, principalmente do filme do SINAIT que mostrava bem a
86 questão do que estava sendo questionado, como aconteciam, quais os ambientes
87 onde ocorriam as fiscalizações. Em seguida informou que recebera da Secretaria
88 Executiva, um material sobre o processo de construção do 2º Plano Nacional de
89 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Questionou se a CONATRAE já estava
90 participando da discussão, se ficaria a cargo de cada uma das instituições, ou
91 poderiam pautar com a comissão que estava coordenando o debate uma discussão
92 da CONATRAE com o grupo que estava coordenando a elaboração do segundo
93 plano. Com relação às alternativas de inserção econômica aos trabalhadores,
94 sugeriu a criação na CONATRAE de um GT, onde pudessem discutir melhor as
95 alternativas e também a possibilidade de um mapeamento de todas as políticas
96 governamentais e outras fontes da cooperação internacional de recursos que

97 pudessem ser canalizados para aquele tipo de iniciativa. O Sr. José Armando Fraga
98 Diniz Guerra esclareceu à Sra. Rogenir A. Santos Costa que em relação ao Plano
99 Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi feita uma breve apresentação
100 e a Secretaria Executiva enviou, na verdade, os documentos sobre a consulta para
101 todos os órgãos, porém, não tinha informação do Ministério da Justiça ainda de
102 quais órgãos, quais entidades que contribuíram naquele momento anterior de
103 consulta às entidades. Informou que já estivera em contato com o Sr. Paulo Abrão,
104 com o Secretário Nacional de Justiça, que era responsável no Ministério da Justiça
105 pelo tema, com a Sra. Fernanda dos Anjos, diretora do Departamento de Justiça, e
106 que a CONATRAE juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos, teria um
107 espaço na compilação final do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de
108 Pessoas. A Sra. Jacqueline Ramos Silva Carrijo solicitou que findassem aquela
109 reunião fechando o Grupo Técnico do Trabalho Estrangeiro. Esclareceu que
110 pretendia sair daquela reunião com o nome que a Sra. Maria do Rosário Nunes
111 indicara para aquele Grupo para que pudesse chamar o Ministro das Relações
112 Exteriores e o Ministro da Justiça para resolver de vez a questão da IN93, da
113 Resolução 93. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra solicitou que os órgãos e
114 entidades que quisessem fazer parte do grupo, que entrassem em contato com o
115 SINAIT, ou então com a coordenação da CONATRAE confirmando o desejo de
116 participação. Em seguida informou à Sra. Jacqueline Ramos Silva Carrijo que se ela
117 desejasse que a convocatória saísse através do e-mail oficial da CONATRAE era só
118 informar os dados que a secretaria executiva da Comissão enviaria o convite. Na
119 sequência a Sra. Rosângela Silva Rassy solicitou que discutissem a questão das
120 ameaças e a da falta de segurança que os auditores em alguns momentos se viam
121 submetidos. Relembrou o caso da plantação de cebola em Santa Catarina em que a
122 prefeita e o delegado da cidade, fizeram uma reunião e coagiram ou tentaram coagir
123 os auditores fiscais a se retirarem da cidade e abandonarem a fiscalização.
124 Destacou que no caso de Unai, o advogado de um dos acusados, Sr. Alan Rogério,
125 impetrou um pedido de Habeas Corpus no Supremo Tribunal Federal, alegando,
126 com razão, que o processo fosse julgado imediatamente visto que o acusado estava
127 preso desde 2004 e o julgamento não ocorria. Com esse pedido o relator pediu
128 imediatamente que Minas Gerais encaminhasse o documento que comprovava a
129 prisão do acusado desde o ano 2004 e estavam correndo sério risco de a qualquer
130 momento o Ministro do Supremo, Gilmar Mendes, conceder o Habeas Corpus. Por
131 fim solicitou que a CONATRAE envidasse esforços no sentido de tentar fazer com
132 que o julgamento ocorresse, pois, era questão de horas a soltura do acusado. O Sr.

133 Roberto de Figueiredo Caldas sugeriu que agendassem uma audiência com o Juiz
134 relator do caso e colocou a Ordem dos Advogados do Brasil à disposição para
135 participar. O Sr. José Armando Fraga Diniz reiterou convite a todos os que
136 pudessem participar da audiência pública da Comissão de Agricultura Pecuária e
137 Abastecimento e Desenvolvimento Regional, que iria discutir denúncia de suposto
138 abuso da auditoria do trabalho, que seria realizada no plenário VI da Câmara dos
139 Deputados anexo II, às 14h30. **Encerramento.** Sem mais pontos de pauta a ser
140 discutido o Sr. José Armando Fraga Diniz, encerrou a reunião.